

CONSTRUINDO UMA REGIÃO: IMAGEM E IMAGINÁRIO SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO

BUILDING A REGION: IMAGE AND IMAGINARY ABOUT THE BRAZILIAN NORTHEAST

Manuella Mirna Enéas de Nazaré⁶⁵

RESUMO: Este trabalho visa compreender a construção de imagem e imaginário em torno da região Nordeste do Brasil. Muitas são as maneiras de se alimentar e sedimentar imagens, imaginários e representações simbólicas de uma sociedade. Neste trabalho, abordamos alguns discursos sociológicos e literários que ajudaram a formar e a nutrir as imagens e os imaginários na região e sobre ela. Antes, fazemos breves reflexões sobre o conceito de imaginário e imagem, e alguns apontamentos sobre mito, que também participam dessa dinâmica significativa na elaboração simbólica de uma sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário; imagem; região; Nordeste; Brasil.

ABSTRACT: This work aims to understand the construction of image and imaginary around the Northeast region of Brazil. Many are the ways of feeding and sedimentar images, imaginaries and symbolic representations of a society. In This work, we approach some sociological and literary discourses that helped to form and nourish images and imaginaries in the region and on it. Before, we make brief reflections about the concept of imaginary and image, and some notes about myth, which also participate in this significant dynamics of the symbolic elaboration of a society.

KEYWORDS: Imaginary; image; region; Northeast; Brazil.

INTRODUÇÃO

Ao longo da sua história, a região Nordeste do Brasil foi marcada por fortes significações e mitificações, erguidas pelo entrecruzamento de diversos discursos – políticos, socioeconômicos, religiosos, culturais, memoriais. Esse entrelaçamento ajudou a gerar imagens que se dinamizaram e se perpetuaram no imaginário da região, como alguns misticismos, o fenômeno do cangaço e a opulência das aristocracias detentoras dos engenhos de açúcar.

Os diversos problemas ligados ao território do semiárido nordestino geraram predisposições no imaginário dos seus habitantes para suas credices, por exemplo, como também condições para que o imaginário *sobre* o Nordeste – visto de fora – se construísse independentemente de veracidades, disseminando muitos estereótipos.

Assim, muitas imagens foram e são propagadas *na* e *sobre* a região Nordeste ao longo do tempo, sobretudo de fins do século XIX até meados do século XX, entre os estudos naturalistas de intenção nacional e os movimentos modernistas e regionalistas. Cabe entender como esse imaginário foi formado,

⁶⁵ Doutoranda em Letras, na área de Teoria da Literatura, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). manuella.eneas@gmail.com

em que medida foi inventado discursivamente ou extraído da realidade factual, e sob que motivações. Ressalta-se, contudo, que os fios que participam da construção dos imaginários são bastante vastos e que, para este trabalho, focamos nos discursos regionais que mais se destacaram no Brasil como um todo.

IMAGINÁRIO E IMAGEM: BREVES APONTAMENTOS

As imagens são capazes de alimentar representações que definem imaginários. Esses, por sua vez, são espécies de bacias semânticas de onde surgem representações em forma de imagens. Imagens, imaginários e representações se interpenetram e se retroalimentam. Assim, características culturais e sociais são possíveis de serem vislumbradas, acessadas e interpretadas a partir dessa rede de significações.

O imaginário fornece para o homem uma estrutura imaterial; permite ao homem compreender suas produções e suas heranças a partir dos homens. Muitos teóricos são importantes para os estudos do imaginário. Dentre eles, atentamo-nos brevemente àqueles que nos fornecem bases para pensar este trabalho.

Gilbert Durand (1988), com sua perspectiva antropológica, permite-nos entender o imaginário aliado ao mito, constituindo-se o primeiro substrato da vida mental de um indivíduo, até que se inclua em um trajeto antropológico mais amplo, o que faz do imaginário um mundo de representações.

Carl Jung, por sua vez, ao desenvolver o conceito de arquétipo junto ao de imaginário, levou a compreensão de imagens primordiais do inconsciente coletivo, unindo o imaginário e esquemas puramente subjetivos a processos racionais e imagens concretas da percepção humana em sociedade. (JOACHIM et al., 2011).

Já Cornelius Castoriadis (2004), atrela imaginário à coletividade, vendo-o como rede de significações imaginárias que incorpora sistemas simbólicos diversificados e constrói representações diversas, reguladoras da sociedade e atualizadas por ela. Exalta a potência de criação imanente às coletividades humanas e aos indivíduos, fugindo a uma ideia de criação imanente do imaginário humano, como o imaginário coletivo junguiano.

O imaginário seria, assim, uma dimensão tão significativa das sociedades quanto à própria vida, abrangendo produção e circulação de imagens não só visuais, mas verbais e mentais. Wunemburger (2007) também vê o imaginário se apresentar como uma esfera de representação e afetos profundamente ambivalente, cheia de erros, falseações e ilusões, bem como de revelações de verdades.

Em compasso com esses estudos do imaginário estão os de Aby Warburg sobre a imagem, muito revisitados por Didi-Huberman (2015). Ele fala em *nachleben*, palavra alemã que pode ser traduzida por sobrevivência, de

temas, de estilos, de motivos que transitam em uma lógica pulsional e sintomatológica, denunciando imagens peregrinas que apontam uma obsessão viajante através do tempo, um *pathosfolmen*. Essa ideia se combina às reflexões de Walter Benjamin a respeito de origem e de imagem.

Didi-Huberman (2015), ao retomar também esses estudos, explica que a origem enquanto tal não é o passado acabado, ainda que tenha sido fundador, mas, ao contrário, é um ritmo ofegante e frágil, o regime dinâmico de uma historicidade que, incessantemente, até nosso presente, pede para ser reconhecida como restituição e reconstrução. Estamos além da oposição categórica entre um presente que esquece e um passado que foi concluído; aqui nada está perdido, tudo é imagem.

O passado não deve ser rejeitado, nem ressuscitado, porque ele simplesmente retorna como anacronismo. Benjamin (1939 *apud* DIDI-HUBERMAN, 2015) chama esse entendimento de “imagem dialética”, que apela ao passado com naturalidade e aceita o choque com a memória. Uma imagem que reivindica o ontem sem nostalgia, mas na percepção de semelhanças e diferenças, decompondo o outrora e compondo-se a partir das necessidades e novidades de um agora transformado e transformador.

Na região nordestina, algumas imagens são constantemente visitadas, como a do beato místico, a da sociedade aristocrática do açúcar e a do cangaço (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001). O imaginário é persistente, tanto para quem nele foi gestado, quanto para quem olha de fora. Mesmo com migrações, desterritorializações e hibridismos que foram ocorrendo ao longo do tempo, algumas imagens formadoras dialogam com os indivíduos, servindo de substrato e parâmetros, bem como de questionamentos e conflitos.

Essas imagens construíram um imaginário nordestino, fundamentado miticamente na história da região. Conforme Andrade (2013), os mitos nascem das necessidades de explicação simbólica de grupos sociais e equivalem a um esforço de articulação de significação. O autor explica que, a partir deles, os ritos são criados, práticas imbuídas de simbolismos que consistem em traços culturais susceptíveis de serem difundidos, transplantados ou impostos em contextos culturais em evolução.

Segundo Andrade (2013), a herança de um mito é elaborada inconscientemente e refere-se à experiência vital dos homens, tornando-se palpável, digerível e inteligível a nível local, a partir de atualizações que vão formando uma explicação mitológica própria, singular. Essa adaptação torna o universo simbólico composto pelos mitos e manifestado pelos seus ritos ainda mais poderoso em uma cultura. Atenta-se que “o sistema simbólico se apresenta como uma invariante cultural característica da espécie humana diante do mundo” (ANDRADE, 2013, p. 44), e a linguagem, o mito, a arte, a religião são elementos desse universo humano.

O autor lembra que as experiências culturais no nosso país supõem a existência de heranças medievais (europeias), indígenas e africanas, que

sobreviveram em forma de mitos e ritos reinterpretados e retomados de acordo com as diversas realidades da cultura brasileira. Essas reinterpretações são matéria prima, força potencial de criação de imaginários.

No Brasil do século XIX, época do cangaço e de grandes cultos messiânicos no Nordeste, por exemplo, muito do misticismo no sertão nordestino foi influenciado pelo mítico sebastianismo português, se adaptando às realidades culturais e necessidades vitais das comunidades locais.

Muitos discursos de interesse formador sobre o Brasil e seu Nordeste foram responsáveis por influenciar a construção de imaginários e disseminar imagens sobre a região, os quais, ambos, se alimentaram continuamente. Em seu bojo, alguns deles foram mais extremistas e outros menos; alguns tentaram preservar na sua região tudo o que consagrou o passado, incluindo elementos que não necessariamente definiam e definiriam a identidade regional em longo prazo; outros discursos tentaram ler os diversos rostos do Brasil com a mesma lente, colocando todas as culturas e identidades no mesmo painel; outros, poucos, tentaram conhecer as diferenças dentro de cada brasilidade; outros criaram uma região mágica com base em artefatos da cultura popular, da cultura dos colonizadores e da cultura dos índios e africanos.

IMAGINANDO UM NORDESTE BRASILEIRO: ALGUNS DISCURSOS FORMADORES

Albuquerque Junior afirma em *Feira dos Mitos* (2013) – obra que dialoga com sua *Invenção do Nordeste* (2001) – a necessidade de desconstruir os discursos cristalizados no senso comum para o Nordeste, de duvidar deles, que ajudaram a formar um imaginário coletivo de maioria da nação sobre essa região. Esse procedimento crítico se mostra necessário em um momento histórico-social em que as construções dos sistemas de representação, segundo Hall (2006), estão sendo desestruturadas, haja vista a fragmentação identitária que neles se flagra.

Os discursos formadores para o Nordeste brasileiro – que se deram, sobretudo, de fins do século XIX até a efervescente década de 20 do século XX, chegando até a década de 40 ainda com força – foram erguidos em um contexto sócio-histórico no qual a heterogeneidade da sociedade já ameaçava destruí-los. Contemporaneamente, em tempos de aceleração de globalização, transcultura, desterritorialização e hibridização, a instabilidade dos antigos sistemas de representação é maior, desestruturando suas bases.

Primeiramente, nos fins do século XIX, os discursos regionais naturalistas de teóricos importantes da época, como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Graça Aranha, buscaram fazer um mosaico do Brasil a partir das regiões. Eles o fizeram descrevendo pormenorizadamente os diferentes meios

e tipos regionais, colocando estes condicionados àqueles, em uma visão determinista do povo e de suas manifestações de cultura e identidade.

Os intelectuais regionalistas naturalistas viam o regional como “um desfile de elementos culturais raros, pinçados como relíquias em via de extinção do progresso [...] elemento do folclore e da cultura popular, notadamente rural, abordando-os com indisfarçável postura de superioridade, com um olhar distante” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 52). O Nordeste, sob essa ótica, assemelhava-se a um catálogo cultural, e o Brasil a um somatório de catálogos, facilmente acessáveis por meio de uma literatura que pretendia “revelar” – prescrever – a nação e suas regiões.

Hoje há uma consciência bem maior acerca dos percursos históricos, ideológicos e políticos que modificam os espaços e as ideias sobre uma região.

A produção cultural e a própria construção de um conceito para a região não podem ser explicados apenas pela perspectiva econômica ou política, e sim que eles são o resultado do percurso histórico de um espaço social e afetivo, decorrente de muitas décadas, montados a partir de diferentes discursos que lhes concederam vários atributos morais, culturais, simbólicos etc. (AZOUBEL et al., 2006, s.p.).

As teorias regionalistas naturalistas de fins do século XIX foram tanto influenciadas pelo Discurso da Seca quanto o influenciou. Ele foi instituído a partir de 1877, ano marcante no registro de secas da região, sendo necessária a ajuda das províncias do Sul, o que significou uma assumida derrota frente elas, legando uma sensação de inferioridade do Nordeste em relação ao Sul. Politicamente, essa situação gerou uma relação de dependência e controle.

A partir do Discurso da Seca, certas características são levantadas como tipicamente nordestinas. Para Albuquerque Junior (2001), interessados em manter certa estabilidade política, ideológica e de classe, uma parte da elite nordestina intelectual busca, na história da região, dados tradicionais, passando a alimentá-los como atemporais e imemoriais, trazendo a sensação de que a identidade regional sempre esteve lá.

Esse procedimento se investe de uma das funções do mito, a de validar e preservar certo sistema sociológico, propriedades e impropriedades dele, no qual tal unidade social particular esteja apoiada (CAMPBELL, 2008). Assim, certas tradições são mitificadas em detrimento de outras, passando a compor um imaginário mais estruturado, e, para serem resgatadas, elas são acionadas via memória coletiva através de imagens padronizadas, de um modo por vezes estereotipado, como fez uma parcela da literatura regionalista.

Albuquerque Júnior (2001) explica que dos dados regionais impressos como verdade absoluta, são três os mais expressivos: o cangaço (ou, para alguns particularistas, banditismo), o messianismo (ou beatismo) e o coronelismo patriarcal. Dessa forma, o imaginário acionado quando se fala em Nordeste é o do poder nas mãos dos que possuem terras, que conseguem, pelo

suposto direito que lhes instituem suas posses, dominar e controlar a vida dos seus familiares e dos seus trabalhadores, servidores fiéis condicionados aos seus caprichos; é o do beato que, com grande dose de fanatismo, levanta seguidores incontestes sobre seus atos, seus mandos e suas profecias; e é o do herói bandido, que luta contra a lei a favor dos pobres e oprimidos, munido de um punhal de ouro, um facão de cobre e dois rifles americanos. Esses dados regionais tinham muito de fantasia e de extremismo.

O Nordeste foi se tornando, assim, em certa medida, “um lugar de lirismo e saudade. Retrato fantasioso de um lugar que não existe mais, uma fábula espacial” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 77), criada a partir da crise identitária de uma região desacreditada de si mesma frente aos outros estados brasileiros. Ela tendeu a ser vista como uma área caricatural e inferior do Brasil, condenada pelas questões naturais a uma eterna deficiência e dependência – características as quais os próprios governos nordestinos, na época, não tiveram interesse em consertar ou desmentir, uma vez que a miséria da região rendia-lhes ganhos e privilégios estatais.

Com o tempo, a imagem de atraso vai se modificando, sendo substituída pelo discurso de enaltecimento de uma pretensa brasilidade, com a intervenção dos modernistas do Sul. Antes deles:

O Brasil era apenas uma coleção de paisagens sem síntese ou estrutura imagético-discursiva que dessem unidade. O modernismo vai tomar os elementos regionais como signos a serem arquivados para poder posteriormente rearrumá-los numa nova imagem, em um novo texto para o país. Uma centralização de sentidos. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 56).

Uma figura importante dentro da voz modernista é Joaquim Inojosa, jovem pernambucano que estava deslumbrado com o entusiasmo paulista. Como nordestino, ele se sentia na responsabilidade de difundir as ideias de vanguarda para a sua região; acreditava na “necessidade de se criar um Brasil preocupado com o contemporâneo e não se deter na contemplação das glórias passadas” (INOJOSA *apud* ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 92). No entanto, provavelmente, lhe faltou certa dose de senso crítico, como explica Azevedo (1996), o que geraria polêmicas com outros teóricos, a exemplo de Gilberto Freyre, apesar da admiração que tinha pelo sociólogo:

Seu comportamento é o de um convertido, logo ungido apóstolo, predestinado a pregar entre os “gentios” a mensagem do “credo novo”. O deslumbramento impedia-o de assumir uma posição crítica diante dos fatos que presenciava, diante das ideias que assimilava. Não importava discutir o conteúdo da mensagem ou, quem sabe, a sua aplicabilidade em outra situação que, em verdade, era de todo diversa daquele que ele via em São Paulo. Importava apenas difundir a nova mensagem, consubstanciada, para Inojosa, na tarefa de destruir o passadismo. Como agiam, segundo entendeu,

os “klaxistas”⁶⁶ de São Paulo. E é isso que fará tão logo chegue a Pernambuco. (AZEVEDO, 1996, p. 42).

Recebidos inicialmente com indiferença, esses brados vão, pouco a pouco, gerando represálias e polêmicas entre modernistas e regionalistas, dos quais alguns, influenciados por Inojosa, chegam a dividir o próprio movimento modernista.

Os modernistas foram, muitas vezes, simplistas na postura de unificação da cultura brasileira, determinando características vistas apenas em alguns lugares do Nordeste como dados regionalmente homogêneos, e colocando signos de um certo tempo e espaço em um painel atemporal não localizado. Sem contexto bem delineado, tudo pode ser qualquer coisa. E foi o que aconteceu com o Nordeste, foi se tornando uma soma de discursos poluídos de verdades isoladas e deslocadas, tendo contribuído para isso o duelo ideológico entre a vertente paulista do Modernismo e o Regionalismo freyreano.

Mário de Andrade define que esse Modernismo perseguia a fusão de três princípios fundamentais, conforme Vieira (2013, s.p.), sobre os quais se observa que em todos se excluía a preocupação com tradições regionais. O autor explica que o primeiro princípio, o do “direito permanente à pesquisa estética”, não se propunha a resgatar, em pesquisa, experiências sociais, estéticas e culturais legadas à tradição de uma região brasileira, sejam do passado ou do presente, e sim a introduzir modernos signos artísticos e culturais que pudessem proporcionar o segundo princípio, a “atualização da inteligência artística brasileira”. Essa se consolidaria a partir da observância da linguagem artística dos países centrais (da Europa e os Estados Unidos), o que, com o tempo, levaria ao terceiro princípio, a “estabilização de uma consciência criadora nacional”.

Os modernistas queriam abraçar o novo como um valor em si, um signo capaz de mudar padrões da arte brasileira, bem como a mentalidade dos artistas e da população. Com a atenção à novidade constante, poderia ocorrer homogeneização dos vários brasis a partir dos centros econômicos do país, Rio de Janeiro e São Paulo, ofuscando traços singulares de cada região, que remeteriam ao passado e a valores tradicionais, entraves para a modernização proposta pelo movimento.

Vieira (2013) afirma que a resposta de Freyre ao furor modernista é lembrar que sua ideia de regional conciliava-se com o humano, ao mesclar tradição e experimentação, afirmando o gosto pela renovação do método literário, científico ou artístico. Seria um resgate crítico das vivências estéticas e socioculturais gestadas nos quatrocentos anos de história do Brasil. Assim, para Freyre, por via do Regionalismo, os brasileiros conseguiriam avaliar o

² “Klaxistas” eram chamados os integrantes do grupo da *Klaxon*, revista modernista de São Paulo.

que era válido ou não na modernização, e escolheriam incorporar ou não signos modernos às suas diversas realidades regionais. O que demonstraria senso crítico para com o legado do passado e para com as promessas de futuro, em ordem de defesa de uma cultura que passasse pelas reais necessidades dos vários brasis.

Com essas ideias, Gilberto Freyre parecia mostrar consciência de que o tempo produzia diversas histórias e que o olhar atento para as ofertas do período era importante. Parecia saber que através da memória se operava o resgate, a permanência e a manutenção de valores. Entretanto, ideal em suas teses, o Regionalismo freyreano acabou por se particularizar além do que se propunha, de forma a gerar uma imagem embalsamada sobre a região Nordeste.

Os regionalistas, decerto, foram protecionistas em muitos pontos, mas tiveram motivações para a atitude de resguardo. Azevedo (1996) coloca que o clima de regionalismo que se instalava na região, desde fins do século XIX, trazia, no início, o equívoco do naturalismo, mas que, no auge da década de 20, o erro fora superado, ficando marcado um convite contundente à autovalorização:

A recessão na vida econômica em Pernambuco [que andava mal deste a Seca de 1877] compunha bem a moldura para o quadro de defesa dos valores regionais, quer numa atitude de autocomiseração, quer numa atitude reivindicatória, tendentes ambas a ver no passado da região, marcado pela prevalência dos valores da vida rural em oposição à vida urbana, o ideal que desaparecia e que urgia restaurar. (AZEVEDO, 1996, p. 103).

Azevedo (1996) acredita ser compreensível que uma região que teve, na sua história, grandes momentos de fausto, sobretudo com a cultura do açúcar, queira lembrar e immortalizar essa realidade, ainda mais fortemente em um momento de queda econômica. Portanto, a política conduziu fortemente à implantação de um estruturado imaginário identitário e artístico da região nordestina, ajudando a alimentar certas imagens tradicionais.

Gilberto Freyre acreditava conseguir o equilíbrio necessário na implantação desse imaginário. Com ele, o discurso vai ser menos naturalista, menos simplista e mais cultural, como esclarece Andrade (*apud* FREYRE, 2004), já que o sociólogo pensa a ação do homem como determinante no processo de formação, transformação e definição do regional. Ele levou em consideração a existência de classes, de dominadores e de dominados, de senhores de engenhos e de escravos, retratando a sociedade açucareira para pensar seu *Nordeste* – a obra e a região –, admitindo, contudo, saber da existência de vários nordestes.

Ao partir da análise dessa sociedade, Freyre (2004) salientava a importância de certos aspectos culturais, marcando-os muito especificamente, criando, assim, identidades regionais e locais. Essa identidade foi pensada a

partir de Pernambuco, cujo ponto central foi atribuído a Recife, de onde, na opinião do sociólogo, partiriam as características regionais que influenciariam e guiariam o restante da região, disseminando-se e alojando-se em lugares específicos, o que provocava a mudança dos dados culturais recifenses e de outros:

Dentro da civilização do açúcar – que por algum tempo constituiu quase toda a civilização brasileira – o pernambucano foi a especialização mais intensa das qualidades e dos defeitos dessa organização monocultora, monossexual, e principalmente aristocrática e escravocrata. (FREYRE, 2004, p. 194).

Conforme Andrade (*apud* FREYRE, 2004), Gilberto Freyre tentou projetar as raízes nordestinas a partir de manifestações culturais populares da região, das raízes indígenas, das africanas e das ibéricas de tradição cristã, dentro de um contra movimento ao simplismo dos modernistas, que, para ele, não enxergavam o Nordeste com clareza. Ele recorre ao popular por ver nele um depósito das essenciais raízes nordestinas, capazes de fornecer a identidade nordestina por excelência, pois a cultura popular seria a que menos tinha se maculado pelas “perigosas” influências estrangeiras e modernizantes. (FREYRE, 2004).

O seu regionalismo, então, procurava aliar as modificações modernas e as tradições regionais, aceitando aquelas de forma moderada e funcional, para não obscurecer ou retirar o rosto das tradições. Estas, por sua vez, remetiam a um passado que remetia aos engenhos de açúcar da região, às relações sociais ali criadas, aos costumes e às várias manifestações culturais ali gestadas (FREYRE, 2004).

Albuquerque Junior (2001) explica que o Regionalismo freyreano, pela série de obras sociológicas e artísticas da elite regional nordestina, foi cimentando uma ideia de Nordeste puro, telúrico e romântico no esforço de alimentar territórios existenciais e sociais que fossem capazes de resgatar o passado de fausto da casa-grande, de glória da região e de estabilidade política e econômica – para os aristocratas.

É certo que o sociólogo enxergava pontos negativos nessa sociedade: “organização cheia de contrastes. Inimiga do indígena. Opressora do negro [...]. Opressora do menino e da mulher” (FREYRE, 2004, p. 194). Porém, não se aprofundou neles, acabando por suavizar outros, preferindo levantar a ideia de que, mesmo com toda a “patologia” dessa sociedade, destacadamente o seu extrato pernambucano, foi ela a responsável por enriquecer de elementos mais genuínos a cultura brasileira, tanto politicamente quanto estética e intelectualmente.

À sociedade açucareira, o sociólogo opunha a sociedade usineira, fruto das transformações modernas. As usinas, para ele, ao intensificar a monocultura, a destruição ambiental e afrouxar as relações senhor-

trabalhador, desumanizaram as relações patriarcais e ameaçaram a cultura nordestina. Com pensamentos como esse, no Regionalismo freyreano:

O conjunto das representações ultrapassa a noção de limite territorial e adquire um sentido aglutinador entre espaço e identidade social. Território e sociedade se fundem num mesmo discurso, que forja um caráter reivindicativo de identificação. [...] O discurso regionalista é, portanto, o principal responsável pela caracterização do Nordeste como é [ficou] conhecido. Interpretado é palavra mais coerente. A visão oriunda dos artífices desse discurso sangrou dos limites do seu espaço e tornou-se a interpretação real, e mesmo natural, do que *seja e represente a região Nordeste*. Institucionalizou-se o feitiço, sem que tenha o feiticeiro auferido dele grandes méritos. (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 54).

Azevedo (1996) lembra que, embora o Modernismo paulista tenha tido posturas que acabaram por estereotipar o Nordeste, gerando sérios preconceitos ao longo do tempo, a vertente carioca do movimento teve o mérito de, em relação ao próprio Regionalismo tradicionalista, o qual também embalsamou muitas imagens no imaginário sobre essa região, se engajar em pesquisar raízes genuínas da região, pois buscou tais raízes não a partir de um ponto de vista só, mas no intento de estudar as regiões como um todo.

Em meio aos discursos regionalistas e modernistas, se deu um dos momentos literários mais belos da literatura brasileira, preocupado em tomar uma posição tanto política quanto artística em relação ao assunto em foco. Assim, no Regionalismo tradicionalista de Gilberto Freyre – oficializado em 1926 no Congresso Regionalista do Recife e consagrado, em 1937, com a publicação da obra *Nordeste* –, muito beberá os romances regionalistas de 30, os quais contribuíram para fixar esse Nordeste freyreano no imaginário nordestino e no sulista, exaltando a região e a sua cultura. Configuraram-se, assim, como “romances formadores” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 123); formadores de opinião, de identidades, de imagens, de imaginário.

Para Albuquerque Junior (2001, p. 123), os regionalistas de 30 tentaram defender a permanência dos “territórios-refúgio” e dos “territórios sagrados”.

Tanto a perspectiva da região como espaço de saudade quanto a que a interpreta como território de revolta, mesmo sendo aparentemente contraditórias, giram em torno da busca e do estabelecimento de identidades que ocultam mecanismos de dominação e de poder. Ambas pensam o Nordeste como uma entidade pronta e assim escondem a região como construção histórica, na qual se cruzam diversas temporalidades e espacialidades, cujos mais variados elementos culturais, desde eruditos a populares, foram controlados por categorias identitárias tais como memória, caráter, alma, espírito, essência etc. (AZOUBEL, 2006, s.p.).

Alguns dos romances regionalistas de 30 mostram, também, outros modos de ação dos seus escritores. Boa parte tinha ligação com o marxismo, que marcou certas obras com retratos da miséria e da injustiça social advinda da diferença de classes. Nesse viés, a região Nordeste foi um local de reação a algumas transformações desumanas do capitalismo.

O tom do paradigma marxista na região respondeu, duplamente, aos anseios de uma classe média em formação e aos da elite de onde vinham esses romancistas, gerações seguintes à aristocracia tradicionalista (grandes latifundiários e donos de engenho), que tentavam não repetir a nostalgia com os privilégios dos seus antecedentes, em meio a injustiças que a sociedade em geral sofria.

Anos depois, por volta da década de 40, é a vez de Ariano Suassuna se destacar entre os escritores com projetos de construção de um imaginário regional e imagens representativas da região nordestina. Ele consegue criar, guiar e supervisionar um movimento de tal forma estruturado e singular que a sua ideia de Nordeste prospera na memória coletiva nacional com bem mais sucesso que a dos movimentos anteriores:

Seu Nordeste popular, medievalizado [...] entra nos projetos de invenção, reinvenção e atualização da série de temas, conceitos, imagens, enunciados e estratégias que instituem o Nordeste como espaço oposto ao moderno, ao burguês, ao urbano, ao industrial. Nordeste sem espaço público, sem dessacralização da natureza, sem separação radical entre homens e coisas. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 172).

Um Nordeste que, de belo e mágico, preferia não enfatizar nos problemas socioeconômicos da região. Nascia o Movimento Armorial, da observação de uma série de tendências artísticas e do apuro e “ajustamento” dessas tendências a certa lógica, idealizada por Suassuna.

Essa manifestação literária idealizada pelo escritor cruzava: a essência dos folhetos do Romanceiro Popular do Nordeste (literatura de cordel), a música popular feita com instrumentos regionais (viola, rabeca, pífano, entre outros), a xilogravura, os espetáculos populares regionais, de tradição fortemente ibérica e, ainda, o que ele chama de a “Heráldica popular brasileira”. Munido dessas influências, o Movimento Armorial pretendia “realizar uma Arte brasileira erudita a partir das raízes populares da nossa Cultura” (SUASSUNA, 1977, p. 40).

Ariano Suassuna (1977) não queria imprimir retratos panfletários do Nordeste, como os romancistas de 30, nem inventar um imaginário mágico que só funcionasse ficcionalmente, criando algo ininteligível para seu público ou inverossímil na sociedade. Ele pretendia trabalhar com o espírito mágico e a essência mitológica que acreditava haver, de fato, nas sociedades nordestinas, especificamente no sertão, mas de forma verossímil.

Nisso, Suassuna contrapõe-se ao *Nordeste* de Freyre (2004), para o qual a regionalidade era vista a partir dos valores tradicionais da “civilização do açúcar” e não da “civilização do couro”, nas palavras dele (*apud* ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 168). Para o escritor paraibano, estaria no sertão a verdadeira identidade não só regional, mas também brasileira, as raízes da personalidade brasileira.

A partir desse localizado ponto do Brasil, de onde se extrairia a “Verdade” regional e a nacional, o Armorialismo buscará também a expressão da “Beleza” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001). Esta, segundo Ariano (1977), teria sido negligenciada pela produção sociológica e literária anterior, preocupada ou com as supostas belezas da sociedade açucareira (regionalismo freyreano), ou com os defeitos culturais e sociais advindos de problemas naturais do Sertão (o Discurso da Seca do regionalismo-naturalista), linguagens que macularam toda a região, expondo exageradamente os problemas da má gestão do capitalismo.

Assim, Ariano Suassuna (1977) produziu um Sertão épico, cujo povo era guerreiro e lutava em nome da honra e da vingança, tinha heróis dignos como os cavaleiros medievais, donzelas idôneas e tão belas quanto a dama de *bon parecer* do trovadorismo ibérico. Enigmas e maravilhas que, para ele, existiam e precisavam ser decifradas, a fim de se encontrar a raiz nordestina e brasileira por excelência.

Enquanto o romance de 30 tinha documentado o Nordeste, o movimento de Ariano ficcionalizou a região, exaltando-lhe as belezas e consagrando a imagética discursiva de “um nordeste saudoso, de um passado mítico, idílico, de pureza, ingenuidade, glórias, fausto” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 172).

Curiosamente, Ariano rejeitou todo tipo de estrangeirismo e modernidade para seu movimento, mas, mesmo assim, foi um modernista, na medida em que busca, através do primitivismo da sua região, uma identidade regional nordestina e, a partir desta, uma identidade brasileira que partisse do recorte do que era essencial nas suas regiões. Recorreu também a primitivismos ibéricos para tentar buscar, na cultura dos antigos colonizadores, raízes para o popular regional, para a origem do sertão e, a partir daí, do Nordeste.

O Modernismo pesquisou, em outras culturas, raízes e formas de expressão para a arte brasileira, tentando construir e compreender uma identidade que eles pretendiam ser genuinamente brasileira; desejo de Suassuna e do Modernismo, em consonância com o próprio apelo nacional da época, em busca de raízes e de faces que significassem o Brasil.

É importante ressaltar ainda, sobre o Movimento Armorial, que, para Ariano, todo lugar do mundo, toda cultura, tinha algo que podia lhe emprestar, influenciar e inspirar, já que “o Sertão é o Mundo” (SUASSUNA, 1977, p. 46). O Movimento enxergava uma unidade cultural na América Latina, percebendo

um parentesco com ela e, ainda, com outros lugares, cujos imaginários, igualmente maravilhosos de suas culturas populares, estavam impressos no sangue brasileiro e nordestino.

Nessa leitura do mundo e de imaginários diversos, Ariano Suassuna firmou pactos com a ficção. Ele defendia “a ilusão e o encantamento do Teatro”, se afirmando:

Herdeiro é do Teatro antigo, assim como, principalmente, dos espetáculos nordestinos [...] não me interessam nem o Drama psicológico e burguês, nem o Drama politizado do Teatro sectário. Sempre preferi a Tragédia e a Comédia, formas mais preferidas pelo Povo, mais próximas do espírito do nosso Romanceiro [...] uma dramaturgia de caráter nordestino e ligada à Literatura de Cordel e aos espetáculos populares nordestinos [...] trabalho de recriação e de amor ao espetáculo popular nordestino. Baseados em meus textos, deveriam partir deles um espetáculo mágico, festivo, com músicas, danças, máscaras, bichos e demônios. (SUASSUNA, 1977, p. 48).

Percebe-se que também Ariano se empenhou em imaginar um Nordeste entre o real e o inventado, orientando-se por determinados interesses e influências que ele definiu como importantes e legítimas.

Todos esses discursos foram modelos de Nordeste que desencadearam imagens e construíram imaginários, não ficando claro onde terminava as influências factuais e começavam as invenções, sejam intencionais ou não.

Quando da emergência da ideia de região Nordeste, nos anos 10 do século passado, dois aspectos foram considerados elementos privilegiados de singularização deste espaço, de definição de sua particularidade, de conformação de sua identidade: a sua natureza, marcada pela ocorrência das secas periódicas e pela rusticidade da formação da caatinga, pela paisagem sertaneja, árida e rústica; e a sua cultura, diferenciada em relação a outras áreas do país, cultura que teria preservado sua autenticidade, que representaria as próprias raízes da cultura brasileira, por não ter sofrido os influxos deletérios da imigração estrangeira. [...] Cultura que teria sua melhor expressão nas matérias e formas de expressão populares, nas manifestações culturais das populações rurais ou sertanejas, nos rituais, lendas, contos, poesias, danças, manifestações religiosas, festas, tradições, superstições, na literatura oral, presentes num passado que estava ficando para trás, na sociedade patriarcal que vinha desaparecendo sob o impacto da modernidade, da sociedade urbana, do mundo da técnica e do dinheiro, da sociedade burguesa e da economia capitalista. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 39).

Albuquerque Junior, em 2001, fala em “invenção” do Nordeste. Muitos anos antes, no século XX, Guilherme Merquior diz que “a literatura do Nordeste nunca existiu, pois ela tratou-se de uma identidade forjada pelos críticos políticos e assumida pelos seus escritores” (*apud* ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001, p. 107).

Hoje se sabe que parte do Modernismo pecou em uma visão simplista de Nordeste, elencando dados regionais deslocados para defini-lo, e que os regionalistas-naturalistas erraram ao buscar uma explicação para a região a partir da natureza. Sabe-se que Freyre e Suassuna analisaram todo o Nordeste partindo de um círculo estreito e, ao fazer suas teorias girarem em torno desses pontos, foram alimentando estereótipos.

Albuquerque Junior (2001) esclarece que a partir da década de 60 esses discursos vão perdendo o sentido frente aos fluxos da globalização, que se acelerava em todo o mundo, promovendo grande internacionalização, desterritorialização e hibridismo de todos os setores de atividades humanas, inclusive as artes. Em um cenário global, os regionalismos e os nacionalismos, aparentemente, ficaram sem aderência, pois pensar sobre eles dificultavam as trocas culturais.

Mas esses discursos deixaram frutos no imaginário *sobre e da* região nordestina, provocando sombras imagéticas que identificam a região e servem de representações simbólicas da vida em sociedade. O passado deixou rastros e todos os dias se produzem mais novidades sobre as ruínas que ele deixou. O agora se sobrepõe a esses vestígios, se imbricando com ele e estando em constante reconstrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que define uma sociedade é a unidade das suas representações simbólicas ou o mundo de suas significações sociais. No caso do Nordeste, muitas imagens deram contornos à região. Essa construção é dinâmica e significativa, de forma que se atualiza a cada mudança no imaginário da sociedade, demonstrando sua força enquanto símbolo, sua adaptabilidade enquanto mito e sua potência enquanto substratos do imaginário.

No Nordeste, toda uma construção de tradições e de valores ajudou a formar um imaginário singular, de faustos, honras, violências heroicas, misticismos, etc, que em muitos momentos serviu para estereotipar a região. O termo “regional” foi por muito tempo associado a provincianismo e inferioridade, em oposição à novidade e à modernidade, gerando bipolaridades, como campo-cidade, rural-urbano, atraso-avanço.

Muitos discursos serviram para erguer essa noção sobre a região nordestina, como o regionalismo naturalista. O modernismo, por sua vez, foi grande responsável pela noção de brasilidade e com a qual o contemporâneo se embate, entre imagens e questionamentos. O regionalismo freyreano e o armorialismo foram também muito relevantes na exportação de determinado rosto nordestino que foi absorvido por grande parte do Brasil, rosto que é o mais visto até hoje, revisitado e rediscutido em várias manifestações culturais da região e sobre ela. A ideia de Nordeste, assim, apoiou-se na realidade

concreta, mas se constituiu de fatores imaginários de dimensões míticas, que serviram para fixar imagens e estruturar o imaginário sobre/da região.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Feira dos Mitos*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ANDRADE, José Maria Tavares de. *Mitologia: da Mata ao Sertão*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

ANDRADE, M. C. de. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, G. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. 2. ed. João Pessoa/Recife: UFPB/Editora Universitária, 1996.

AZOUBEL, Roberto. *A (des)invenção do Nordeste*. Rio de Janeiro: PUC – Sistema Maxwell, 2006. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8416/8416.PDF>.

CASTORIADIS, Cornelius. *Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto*. Volume VI. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Trad. Vera Casa Nova; Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Trad. Eliane Fittipaldi Pereira. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaraeira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOACHIM, Sébastien et al. Saber do imaginário e saber do mito. In: _____. *Hermenêutica do imaginário*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SILVA JÚNIOR, Alcides Mendes. *Pa(lavras) em terra: forja e coifa de uma região: espaço e discurso na literatura regionalista nordestina*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

SUASSUNA, Ariano. *O Movimento Armorial*. Recife: CONDEPE, 1977. Separata da *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Recife, 4(1):39-64, jan.-jun., 1977.

VIEIRA, Anco Márcio Tenório. Enganos e controvérsias a propósito de um conceito: regionalismo. In: MOTTA, Roberto e FERNANDES, Marcionila (orgs.). *Gilberto Freyre: região, tradição, trópico e outras aproximações*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 40-56.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. *O imaginário*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

Recebido em 30.04.2019

Aceito em 27.09.2019